

APRESENTAÇÃO

«EDUCAÇÃO E DESAFIOS SOCIETAIS»

O Grupo de Investigação «Educação e Desafios Societais» tem feito uma reflexão sistemática sobre a Educação Histórica e Geográfica e os seus desafios societais. Este dossiê temático que se publica na «CEM» 12 representa mais um contributo nesse sentido. É sob o signo promissor da Educação que se recolhem oito artigos para o dossiê, dois para a secção *Vária*, três recensões e diversas notícias.

O objetivo é o de fomentar uma reflexão alargada sobre a investigação no âmbito da construção de identidades, memórias plurais e património numa perspetiva de Educação Histórica. Com o propósito de instigar linhas de pensamento e transferência de conhecimento e o de promover o papel dos manuais escolares, do currículo, das práticas docentes e da formação de professores enquanto peças-chave nos domínios da consciência histórica e da Educação Patrimonial.

Queremos, por isso, dar espaço aos contributos da Educação Histórica e de outras áreas que exploram o conhecimento como promotor, também, de um sentido de cidadania que se espera que possa contribuir para mudar a forma como se compreende a realidade (passada-presente e horizontes de expectativa) e o papel dos sistemas educativos para caminharmos para uma sociedade mais inclusiva, inovadora e reflexiva.

Ao dedicarmos espaço de investigação a cada um destes temas esperamos estar a contribuir para que estas questões possam transcender o âmbito escolar, projetar-se para a comunidade e implicar toda a sociedade.

Assim, os artigos presentes neste dossiê desenvolvem-se nas seguintes áreas temáticas: Consciência Histórica e Património; Manuais Escolares e Currículo; Educação Histórica — investigação e experiências em sala de aula; Desafios societais.

O dossiê abre com o artigo de Gonçalo Maia Marques que reflete sobre a questão epistemológica e conceptual da Educação Histórica infantil num primeiro momento, para, depois, num segundo momento fornecer pistas e exemplos de aplicação de atividades e estratégias com grupos de crianças, tanto do jardim de infância como do 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico, tendo por base experiências

testadas ao longo de mais de uma década de formação de educadores e professores no Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Educação Patrimonial é o tema sobre o qual se centram os três artigos seguintes. Começamos com Marisa Pereira Santos que apresenta *Um projeto de Educação para o Património — Vestígios: Fotografia & Memória*. A autora parte da fotografia vernacular, em particular da fotografia de família, como documento para entendimento da cultura visual e, portanto, com importância histórica e patrimonial. Dá a conhecer um projeto para crianças entre os 4 e os 11 anos que, através de materiais pedagógicos e programas de atividades inéditos em *ateliers*, *workshops* e visitas, envolve os participantes no valor patrimonial da fotografia vernacular enquanto elemento ativador de memória e de identidade. São apresentados os programas realizados no Mundo Património (SPIRA) como entidade de acolhimento do projeto, e o *Projeto Aproximar* que aplica a metodologia do *learning by doing* no formato de oficinas temáticas onde participam crianças e jovens que, graças a este projeto, compreenderam a necessidade de preservação da fotografia, enquanto bem patrimonial, documento e fonte para o estudo do Património, da História e da História da Arte.

Adicionalmente, João Lorandi Demarchi traz-nos as *Contribuições do Projeto Interação para a abordagem educativa do património cultural* no Brasil. O projeto que investigou — *Projeto Interação entre a Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País* (1982-1986) — acabou por ficar limitado às memórias dos profissionais remanescentes do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que aí trabalharam nos anos de 1980. A investigação foi desenvolvida no Arquivo Central do IPHAN, em Brasília, e demonstra como os princípios do *Interação* ainda estão atualmente presentes no IPHAN através dos inventários participativos que «politiza[m] o património ao conceber que seus valores são produzidos socialmente, superando o histórico autoritarismo predominantemente presente nos processos de acautelamento do património brasileiro» e «propicia[m] a investigação e o olhar crítico dos cidadãos sobre os seus contextos culturais, sobre a cidade e as relações sociais tecidas».

Para finalizar a temática da Educação Patrimonial, Carollina Carvalho Ramos de Lima e Alcides Santos de Magalhães apresentam um artigo sobre consciência histórica e património onde discutem os resultados de uma intervenção pedagógica realizada num Centro Juvenil de Ciência e Cultura (Salvador, Brasil) com o projeto intitulado *História.Doc*. Este projeto pretendeu desenvolver a literacia histórica, através da interpretação de fontes patrimoniais, e debater formas de preservação dos bens culturais com o objetivo de qualificar os estudantes para o exercício da cidadania, tendo sido todo ele desenvolvido em torno do conceito de consciência histórica. Ao longo do projeto, os jovens puderam ressignificar as suas crenças sobre o património cultural baiano e desenvolveram a capacidade de

reflexão sobre a «importância de conectarmos a história local às experiências e à vida cotidiana dos sujeitos e, principalmente, de reconhecermos a importância de lugares que não estão na rota turística, mas que são fundamentais para entender a expansão da cidade, a pluralidade e a desigualdade que marcam o tecido social».

Yuri Manuel Francisco Agostinho propõe um relato do trabalho desenvolvido ao longo das aulas que orientou na disciplina de História e Cultura de África (cursos de Artes Visuais e Design de Moda) lecionada no Instituto Superior de Arte, no qual sublinha a necessidade de os estudantes serem ativos na construção do seu conhecimento e dar relevo às suas preocupações e considerações.

Olímpia Loureiro escreve o artigo *O teatro e a censura. A censura ao teatro. Desafios* onde estuda o teatro português da segunda metade do século XVIII «como um dos meios de difusão de que se serviu a *intelligentsia* liberal, ao mesmo tempo que ia abrindo um fosso cada vez maior entre o que era feito em Portugal e o que se produzia no centro da Europa». O teatro foi objeto da censura da época, mas apesar da sua existência, os textos proibidos muitas vezes acabavam por serem levados à cena em casas de famílias, em espaços públicos e até mesmo no teatro, contando com a cumplicidade de individualidades detentoras de cargos públicos ou de profissionais como os livreiros.

Seguem-se dois artigos sobre manuais escolares. O primeiro, *Pelos manuais escolares, um(a) história contada: entre o currículo e a Educação Histórica*, é da autoria de Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte. Nele os autores refletem sobre o tema manuais escolares e currículo, procurando analisar o papel do manual escolar na dinâmica pedagógico-didática atual das aulas de História. Simultaneamente, perspetivam linhas estruturais que o manual escolar poderia seguir se fosse concebido como mais um contributo para o desenvolvimento das competências de pensamento histórico dos estudantes. Partem da ideia de que o manual escolar de História é responsável por um «saber fossilizado» e pela transmissão de narrativas históricas oficiais, continuando a privilegiar representações eurocêntricas da história nacional, considerando que é necessário que «a História abordada na sala de aula, implícita ou explicitamente, e por intermédio de qualquer recurso aí explorado, precise de ser outra. Outra que se entenda como sinónimo de multiculturalidade, de humanismo, de democracia e responsabilidade, de pontos de vista vários, de narrativas além das oficiais». Neste sentido, discutem vários princípios que devem estar presentes no manual escolar, onde cruzam a Educação Histórica e os estudos curriculares, tais como: contrariar lógicas de padronização e estreitamento curricular; minorizar a segmentação curricular; contrariar estereótipos sociais; promover uma (mais) estreita relação entre os conteúdos, as realidades e os desafios sociais; mitigar modelos educativos transmissivos e reprodutivos; promover e legitimar o diálogo cultural e privilegiar um maior aprofundamento epistemológico.

O artigo de Nelson Jorge de Castro Araújo encerra a temática dos manuais escolares e, também, o dossiê temático. O autor apresenta um estudo sobre o Estado Novo nos manuais escolares, tendo como objetivo estudar o papel do manual escolar na alteração de concepções e na construção da «memória histórica» sobre esse período. A afirmação de um aluno no contexto da sala de aula foi o que espoletou a realização deste estudo. Tal declaração levava à necessidade de uma abordagem multiperspetivada da realidade histórica. Nelson Jorge de Castro Araújo faz uma análise qualitativa dos manuais portugueses de 9.º ano em torno da verificação do cumprimento dos documentos curriculares em vigor pelo manual.

Na secção Vária reúnem-se dois artigos: *¿Historia o leyenda? Lectura de fuentes y obtención de evidencias en el alumnado de Educación Secundaria* da autoria de Ana Isabel Ponce Gea e *Educación Histórica y competencias educativas en la formación universitaria* de Maria Pilar Molina-Torres. O primeiro faz um estudo qualitativo em torno das narrativas de alunos, entre os 12 e os 13 anos, sobre a preferência destes pela história ou pela lenda, com base no trabalho de fontes que procuram dismantelar a versão da narrativa transmitida pela memória popular. O segundo analisa a aproximação ao conceito de património e à implementação de roteiros didáticos na formação universitária, através do estabelecimento de uma aprendizagem interativa de ensino que dá aos estudantes a possibilidade de trabalharem de forma investigativa fora da sala de aula. Trata-se também de um desafio para identificar a importância do património na sociedade e refletir sobre a influência direta do património cultural nos ensinamentos recebidos pelos estudantes.

A produção científica aqui reunida congrega jovens investigadores e investigadores seniores, alguns dos quais externos ao CITCEM como João Lorandi Demarchi, Nelson Jorge de Castro Araújo, Yuri Manuel Francisco Agostinho, Carollina Carvalho Ramos de Lima, Alcides Santos de Magalhães e Pedro Duarte.

A totalidade dos artigos permite constatar o modo como cada área de investigação agulhou o seu saber para a Educação e os desafios societais, de onde resultará uma mais alargada extensão destes conceitos. O material de reflexão partiu das fontes mais diversas, provenientes de experiências de ensino-aprendizagem, de projetos de Educação Patrimonial com fontes como a fotografia vernacular, os inventários participativos, relatos de censura ao teatro, os manuais escolares e o currículo.

**Cristina Maia
Marília Gago**